

Pelo desengessamento da ciência ou pelo desengessamento acpista

Lucas Albertoni

“Todos os seres humanos naturalmente desejam o conhecimento”,¹ já sinalizava Aristóteles. Discutir sobre o próprio “homem”² sempre significou abordar a questão da busca pelo conhecimento e pela verdade. A ciência foi e continua sendo uma de suas ferramentas mais importantes nesta missão, e passou por inúmeras modificações: ao modelo do Deus providente, supremo e ordenador aristotélico da Antiguidade seguiram-se os modelos ainda teocêntricos, mantenedores da constância e da regularidade na Idade Média, até a ruptura e o advento da dúvida em Descartes, na Modernidade,³ e os novos paradigmas que propuseram um modelo disruptivo, como citado e identificado por Ruth Sanford⁴, na Teoria do Caos.

Essa trajetória de busca pelo conhecimento por vias da ciência deixou registros importantes. Impossível representar a ideia do caos e dos sistemas abertos sem nos entregarmos a nossos próprios devaneios reguladores, controladores e padronizadores. Afinal, foi assim que aprendemos a lidar com a vida e com o conhecimento, seja quando este estava atrelado aos modelos teocêntricos, seja quando passou a ser expressão dos modelos antropocêntricos. Nesse sentido, estamos inapelavelmente condenados a lidar com a dificuldade de compreensão e adaptação a novos paradigmas.⁵

Porém, considero uma dádiva a possibilidade e o exercício do questionamento. Por esse motivo, a teoria rogeriana sempre me pareceu algo tão extraordinário quanto desconcertante. Ela colocou-nos a chance da interrogação sobre nosso ímpeto de controle para não sucumbirmos à sua sedução e ao reflexo mecânico de seu uso: nos momentos de constatação sobre a direção *da pessoa*, as escolhas *da pessoa*, o processo *da pessoa*, lá está o psicoterapeuta ajustando-se na poltrona para caber em seu lugar de (“apenas”) facilitador. Ainda que este conheça bem o seu papel e possa gozar de uma boa experiência⁶ clínica, seu exercício permanecerá árduo esforço de tolerância e sabedoria, no sentido de fazer valer o que desabrochará de um processo individual, no qual o protagonista é o cliente.

Parece-me muito interessante constatar, novamente a partir do texto de Ruth Sanford e da oportuna observação do(a) colega resenhista, o quanto a confiança no processo da psicoterapia significa uma grande ou a maior parte do trabalho, diga-se de passagem, por representar um aspecto muito sensível. E, por mais óbvia que essa afirmação possa soar para a maior parte dos praticantes dessa abordagem, estou seguro da dificuldade sobre a qual essa

reflexão se debruça: na realidade, não é tão incomum observar deslizes que infantilizam, romantizam e deturpam a ideia de *atualização*.

Observo, em inúmeras conversas presenciais e *online*, a necessidade de alcançar experiências amorosas e integrativas entre os pares, bem ao contrário dos ensinamentos propostos pela Teoria do Caos, articulados por Ruth Sanford e, ainda, ratificados por nosso(a) experiente colega da ACP, que apenas corroboram a ideia rogeriana de incerteza em relação aos resultados. Se o processo desabrocha, vive e acontece, não sabemos ao certo como essa atualização se dará, o que é justamente entendido através de sua concepção como algo fluido e aberto.

Em um artigo publicado a partir dos resultados de minha pesquisa de mestrado,⁷ encontrei uma profunda correlação entre a experiência do amor conjugal duradouro e o *desromantizado*. Afirmo, na discussão dos resultados, que o desromantizado é desvelado, na experiência encontrada empiricamente, ouvindo pessoas, através dos apontamentos da *incerteza* vivida. Em seguida, debato como é impossível que os relacionamentos possam ser etiquetados como “incólumes de influências, ou principalmente daquelas que são efetivamente problemas. O real incide, balança e abala. Assim, acontece naturalmente”.⁸ Esse parece o mesmo princípio que estou levando em conta: a desromantização ocorre ao se encontrar a incerteza sinalizada por Ruth Sanford e Carl Rogers. É fato que minha pesquisa se deu no âmbito do amor conjugal, que é apenas uma das experiências possíveis em um universo relacional, mas, por sorte ou azar, a experiência do amor é uma das que conserva um uso hiperbólico no nosso sistema de valores culturais e, especialmente, no nosso “ecossistema” de psicólogos humanistas.

No entanto, esse é um veredito que me agrada: a imprevisibilidade dos sistemas e das interações nem sempre trará resultados convenientes, prazerosos, amorosos ou convergentes, pelo menos aos olhos de alguns, o que me parece ser também um bom reforço de ensinamento. Acredito, portanto, que absorver essa contribuição advinda da resenha produzida, que esmiúça os aportes de Sanford, significa dizer que a brecha ao imprevisível exprime a impossibilidade de *determinação* e *controle*. Não se trata apenas de um brinde teórico, mas de rico conteúdo extensivo à minha prática profissional e, acima de tudo, um instrumento de ampliação do olhar para a vida.

Em outras palavras, creio que o texto e a resenha me convocam a um maior grau de abertura para os processos vindouros, com os quais serei capaz de colaborar, ainda que não possa imaginar, *a posteriori*, o efeito de encará-los como não lineares, tampouco desenhar o caráter das transformações que eles podem ocasionar. EssaEssa forma de pensar está

relacionada a princípios supralógicos de organização e que levam em consideração o multidimensional, algo absolutamente *complexo*, no melhor sentido de Edgar Morin,⁹ mas não muito distante do próprio Rogers.¹⁰

Outra reflexão que me sucede diz respeito à instabilidade, que participa da atmosfera do caos como mais uma concepção. Os sistemas são instáveis, pois sofrem perturbações e flutuações. Há, portanto, uma segunda desromantização oriunda da compreensão de uma tensão inerente.

Essa é uma segunda noção bastante difícil de ser assimilada. Conviver com a tensão de uma instabilidade parece tão absurdo e desagradável que cria, indiretamente, uma resistência.¹¹ Se os sistemas sofrem perturbações e flutuações, e esses fenômenos trazem qualquer conhecimento sobre o que, de fato, vive-se no momento, desprezá-los é alienar-se. De uma maneira geral, parece que há uma energia dispendida para calar problemas, evadir-se de conflitos, rejeitar instabilidades emocionais. É uma tentativa de higienização experiencial que, aos olhos comuns, parece tornar a vida menos sofrível.

Observo que a quantidade de práticas alternativas que se dirigem a esse fim é algo surpreendente. As meditações (em algumas modalidades) visam “varrer” o negativo, o “suco detox” supostamente age desintoxicando qualquer coisa que pareça estar, a todo momento, intoxicando e a ascensão do movimento naturalista, por sua vez, busca acusar a industrialização de problemas dessa época. Esses são exemplos simples que misturam o biológico e o emocional, mas que circunscrevem um movimento importante. Vale lembrar, no entanto, que o câncer é um representativo de instabilidade e, lamentavelmente, natural. Qualquer relação madura com a natureza implica entender que ela gera e destrói, o que deve nos levar a rever de forma drástica como encaramos a vida, nossa profissão de psicólogos e a própria ACP.

Há um enorme receio de lidar com a tensão, como se fosse possível erradicá-la e tornar nossa estadia no mundo mais amena. É provável que essa dificuldade ainda se alicerce na herança *moderna* de controle e regularidade. Aliás, há uma leitura de que a frustração do indivíduo¹² contemporâneo, deflagrada pela constatação da falta do controle idealizado na Modernidade, é o que aciona a necessidade de uma assepsia experiencial, algo como “não quero mais ser frustrado e sofrer, quero só prazer, o legal, o bom e o amoroso”.¹³ Essa é uma das razões para que o atual momento histórico seja denominado *pós-modernidade*, *modernidade líquida* ou *hipermodernidade*,¹⁴ expressões que demarcam um estágio específico, segundo a concepção filosófica e sociológica, e que sugerem um tempo que convida à extirpação do desagradável.

Não obstante, e recapitulando a dificuldade que também reflete a postura de alguns profissionais e acpistas, devemos recorrer ao próprio Rogers. Ora, a tensão é proveniente da *Tendência à Atualização*: uma força direcionada ao crescimento e ao enriquecimento do organismo, que dialoga com a *Noção de Eu*, fator regulador. A forma como o organismo vive a atualização dessa força, ou seja, como suporta e dá vazão à sua própria tensão, será determinada pela interação entre essas duas instâncias.

Isso explica, nas bases de Rogers, um processo completamente natural de viver, relacionado à instabilidade e à imprevisibilidade. O próprio Rogers, ao explicar o que seria a *Tendência Formativa*, afirma a espontaneidade do processo no que se refere à experimentação de desordem e à degeneração do organismo.¹⁵ Em uma de suas falas mais impactantes e reproduzidas da obra *Tornar-se pessoa* [1961] (2009), ele nos mostra o valor que dá às ideias contrárias aos romantismos e à constância sobre o ser: “Acho que se vivesse de modo estático, estável, pronto, seria um morto-vivo. Assim, aceito a confusão, a incerteza, o medo e os altos e baixos emocionais porque são o preço que quero pagar para ter uma vida estimulante, fluente e perturbadora.”¹⁶

Seguindo o caminho das instabilidades e tensões, estou convicto a respeito da adequação do tema às discussões sobre grupos, contribuição promovida pelo(a) colega resenhista. É certo que o processo grupal em sua forma fluida está bem descrito em *Grupos de Encontro* [1970] (2002), porém, parece fastidioso e interminável o nosso exercício de compreensão e aceitação do movimento do grupo que, outra vez, contempla caos e oscilações das mais diversas intensidades. Como afirma o(a) autor(a) da resenha, a Teoria do Caos parece um ótimo suporte para se apreender a dinâmica de grandes grupos na ACP. Enquanto a expectativa e desejos particulares por vezes apontam para uma integração e convergência nos modelos de *encontros de comunidade*¹⁷, até porque são circunstâncias de reuniões com os pares profissionais, a realidade é que os desentendimentos e as rupturas também tomam lugar com frequência considerável.

Da mesma maneira e ao contrário de algumas propostas que vejo divulgadas e sobre as quais escuto relatos, no caso dos *grupos de encontro*, o sentimento de “amorosidade” do grupo não deve ser o objetivo. Afinal, implodir-se-iam os aspectos não-diretivos ou ainda fenomenológicos que são característicos da intervenção. A cisão, a tensão, a discórdia ou a desordem, enquanto experiências possíveis, fazem prevalecer o ensinamento sobre o qual versamos. O ensinamento de que, por ventura, o maior aprendizado conecta-se a este próprio processo de ir e vir no sim e no não, na segregação ou na união, no atravessamento das experiências que ali se interpõem e que compõem as interações como são.

Por fim, reiterar a pertinência, em minha opinião, da associação entre os impactos da intervenção do plantão psicológico e o *efeito borboleta*, ressaltados pelo resenhista. Apesar de não ter uma clareza sobre a aplicabilidade real de um conceito que foi postulado mediante um evento meteorológico e que dispõe até mesmo de uma fórmula matemática, a metáfora nos basta para produzir reflexões fundamentais.

É inegável, do ponto de vista clínico, que até mesmo “pequenas” influências têm o potencial de gerar enormes transformações, de maneira que o efeito do plantão psicológico está justamente conectado ao movimento gerado pela perturbação no sistema, pela influência nele exercida. A própria “atualização” implica uma atividade que torna novo aquilo que era obsoleto. Portanto, a imprevisibilidade retorna como ideia central, já que aquela intervenção realizada pelo profissional acarreta uma mudança sistêmica incomensurável.

Nessa linha, seja em termos práticos ou metafóricos, o efeito borboleta se aplica diretamente por ser este conceito que elucida as consequências inimagináveis ocasionadas por pequenas variações nas condições de um sistema. Torna-se mais possível ainda entender essa questão quando concebemos a ideia do funcionamento “não ótimo”¹⁸ como aquele que não se atualiza, isto é, aquele funcionamento fechado, onde o sistema é denunciado por previsibilidade e repetição. Esta ausência de mudança é o que aponta a necessidade de intervenção: pois o psicólogo é ativado e perturba o sistema. Eis que a mudança acontece.

Diante das articulações, os insights e devaneios apareçam aos montes. Em suma, as ponderações sobre a transformação da ciência e dos paradigmas do conhecimento, o enlace da incerteza, da imprevisibilidade, da instabilidade, e da tensão inerentes aos processos ampliam o debate. Além disso, as questões disparadas pelo(a) experiente companheiro(a) da ACP sobre as dinâmicas de grupo e o plantão psicológico fomentam as discussões acerca da nossa abordagem. É com alguma euforia que vislumbro, através do sopro de ar fresco que representou a leitura do material em questão, engajar-me e ansiar por diálogos mais abertos no âmbito da ACP. Espero verdadeiramente, não desmerecendo o que talvez seja um dos trechos mais perspicazes da obra de Rogers, que possamos seguir expandindo os horizontes de conversa para além das condições facilitadoras. Nossa melhor oportunidade de exploração parece estar além de uma leitura corriqueira.

Embora nem todo tipo de conhecimento seja ventilado sob a forma de publicação, parece relevante mencionar, apoiado na colocação do querido colega Paulo Castelo Branco em sua empreitada de tese,¹⁹ que é necessário um esforço de releituras e articulações para o engrandecimento da ACP, tendo em conta que o momento atual (em sua avaliação pertinente ao período situado entre 2002 e 2014) é de estabilização na produção acadêmica. O mesmo

autor ainda é enfático ao dizer que, na comparação com outras abordagens, o número de trabalhos sobre ACP veiculados em periódicos pode ser classificado como pequeno. Seja por meio de publicações formais ou informais, de cursos *lato-sensu* ou livres, de fóruns ou de reuniões locais, de redutos ou espaços virtuais de debate,²⁰ torço por uma expansão geral do gosto por uma exploração menos ortodoxa de Rogers, ou de um “modo menos *rogeriano*” de prática da ACP, como ele próprio sugeriu.²¹

Espero, sobretudo, que a ACP possa, cada vez mais, ser vista de maneira mais real e menos idealizada. Para tanto, ela merece ser rediscutida e criticada, a fim de que possa tomar novas formas e atualizar-se, seja lá de qual maneira for. Para quem acredita em potencial e em tendência à atualização, há a confiança de que esse movimento deve direcionar nossa abordagem a algum crescimento.

NOTAS

¹ ARISTÓTELES, 2006, p. 43, 980a22.

² O termo alude a concepções filosóficas daquele que “vem da terra” (*homo, hominis*), ou é pó dela; do homem-medida, que se diferencia dos deuses (SOUZA, 2011), isto é, o humanista, que se centraliza mediante a tudo e a todas as reflexões (SOUZA, 2011; PLATÃO, 1975).

³ DESCARTES, 1984.

⁴ SANFORD, 1993.

⁵ O amigo e colega espanhol da Abordagem Centrada na Pessoa Tomeu Barceló explica, de forma simples e direta, como o determinismo está presente no cotidiano em uma parte do capítulo 3 de seu livro *Entre personas* (conferir BARCELÓ, 2008).

⁶ O termo aqui sugere acúmulo de fatos passados, em sentido comum do uso, e não fenomenológico.

⁷ ALBERTONI, 2018.

⁸ ALBERTONI, 2018, p. 283.

⁹ “Não se poderia fazer da complexidade algo que se definisse de modo simples e ocupasse o lugar da simplicidade. A complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra solução” (MORIN, 2007, p. 5).

¹⁰ “Quanto mais tento ouvir-me e estar atento ao que experimento no meu íntimo, quanto mais procuro ampliar essa mesma atitude de escuta para os outros, maior respeito sinto pelos *complexos* processos da vida” (ROGERS, 2009, p. 25, grifo do autor).

¹¹ Palavra usada em seu sentido comum e não psicanalítico.

¹² Fujo do termo “pessoa”, tipicamente rogeriano, por estar transitando em terreno da sociologia.

¹³ A citação não é uma referência teórica, mas uma síntese expressiva da ideia de *aspepsia*, colocada em modo coloquial. Um dos capítulos da minha dissertação de mestrado trata do assunto, reverenciando autores da sociologia e filosofia (ALBERTONI, 2016).

¹⁴ Os termos aludem a Jean-François Lyotard (1979/1998), Zygmunt Bauman (2001) e Gilles Lipovetsky (2004).

¹⁵ ROGERS, 1983, p. 44.

¹⁶ ROGERS, 1983, p. 29.

¹⁷ Do inglês “Community Meetings”. Este termo foi, inclusive, adaptado pela comunidade latino-americana da ACP e segue sendo usado nos fóruns deste âmbito como “Grupões”. Trata-se de um momento onde os participantes do evento se reúnem para trocas coletivas sobre assuntos das mais diversas ordens: desde questões objetivas a respeito da organização do evento, até as particulares subjetivas e experienciais.

¹⁸ Em referência ao que é chamado “Funcionamento Ótimo da Personalidade” (ROGERS, 1975).

¹⁹ CASTELO BRANCO, 2015.

²⁰ Tassinari e Portela (2002), nos 12 anos precedentes ao trabalho de Castelo Branco (2017), classificaram a fase da ACP como “renascimento/ascensão”, considerando uma série de outros documentos como eventos acadêmicos, boletins, eventos vivenciais, cursos de formação, livros e depoimentos. Ou seja, as autoras enfocaram, de forma mais ampla, a produção e o engajamento em relação a essa teoria.

²¹ TASSINARI; PORTELA, 2002.

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, Lucas Baptista. *Relacionamento amoroso conjugal duradouro na contemporaneidade: uma análise fenomenológica de vivências*. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

ALBERTONI, Lucas Baptista; LAGES, Sônia Regina Corrêa. *Relacionamento amoroso conjugal duradouro na contemporaneidade: uma análise fenomenológica de vivências*. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 24, n. 3, p. 275-286, 2018.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. E. Bini. Bauru: EDIPRO, 2006.

BARCELÓ, Tomeu. *Entre personas: una mirada cuántica a nuestras relaciones humanas*. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASTELO BRANCO, Paulo Coelho. *Psicologia Humanista de Carl Rogers: recepção e circulação no Brasil*. 2015. 157 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

DESCARTES, René. *Princípios da Filosofia*. 3. ed. Trad. A. Ferreira. Lisboa: Guimarães & C. Editores, 1984.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. Trad. M. Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1998. (Trabalho original publicado em 1979).

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PLATÃO. Protágoras. In: _____. *Diálogos*. Trad. C. A. Nunes. Belém: Editora UFPA, 1973. (Coleção Amazônia, v. IX).

ROGERS, Carl Ransom. *Grupos de Encontro*. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Trabalho original publicado em 1970)

_____. O funcionamento ótimo da personalidade. In: ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. *Psicoterapia e Relações Humanas: teoria e prática da terapia não-diretiva*. Vol. 1. 1ª ed. Belo Horizonte: Interlivros (Trabalho original publicado em francês, 1965), 1975.

_____. *Tornar-se pessoa*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. (Trabalho original publicado em 1961)

_____. *Um jeito de Ser*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1983.

SANFORD, Ruth. From Rogers to Gleick and Back Again. In: *Beyond Carl Rogers: towards a psychotherapy for the 21st century*. Londres: Constable and Company, 1993.

SOUZA, Neimar Roberto de *et al.* Homem e pessoa na antiguidade clássica. *Revista Interdisciplinar de Direito*, v. 11, n. 1, p. 197-208, 2017.

TASSINARI, Márcia Alves; PORTELA, Yeda. História da abordagem centrada na pessoa no Brasil. In: GOBBI, S. L. *et al.* (Org.). *Vocabulário e noções básicas da abordagem centrada na pessoa*. São Paulo: Vetor, 2002. p. 229-259.